

JS. NOTÍCIAS

Por reajuste salarial, professores de Maetinga entram em greve por tempo indeterminado

FOTO: DIVULGAÇÃO - APLB/SINDICATO



Pgs. 08

Pg. 09

Enem: quem perdeu prova tem até 23h59 de hoje para pedir reaplicação

Pg. 10

Câmara realiza primeira audiência pública para discutir orçamento 2024

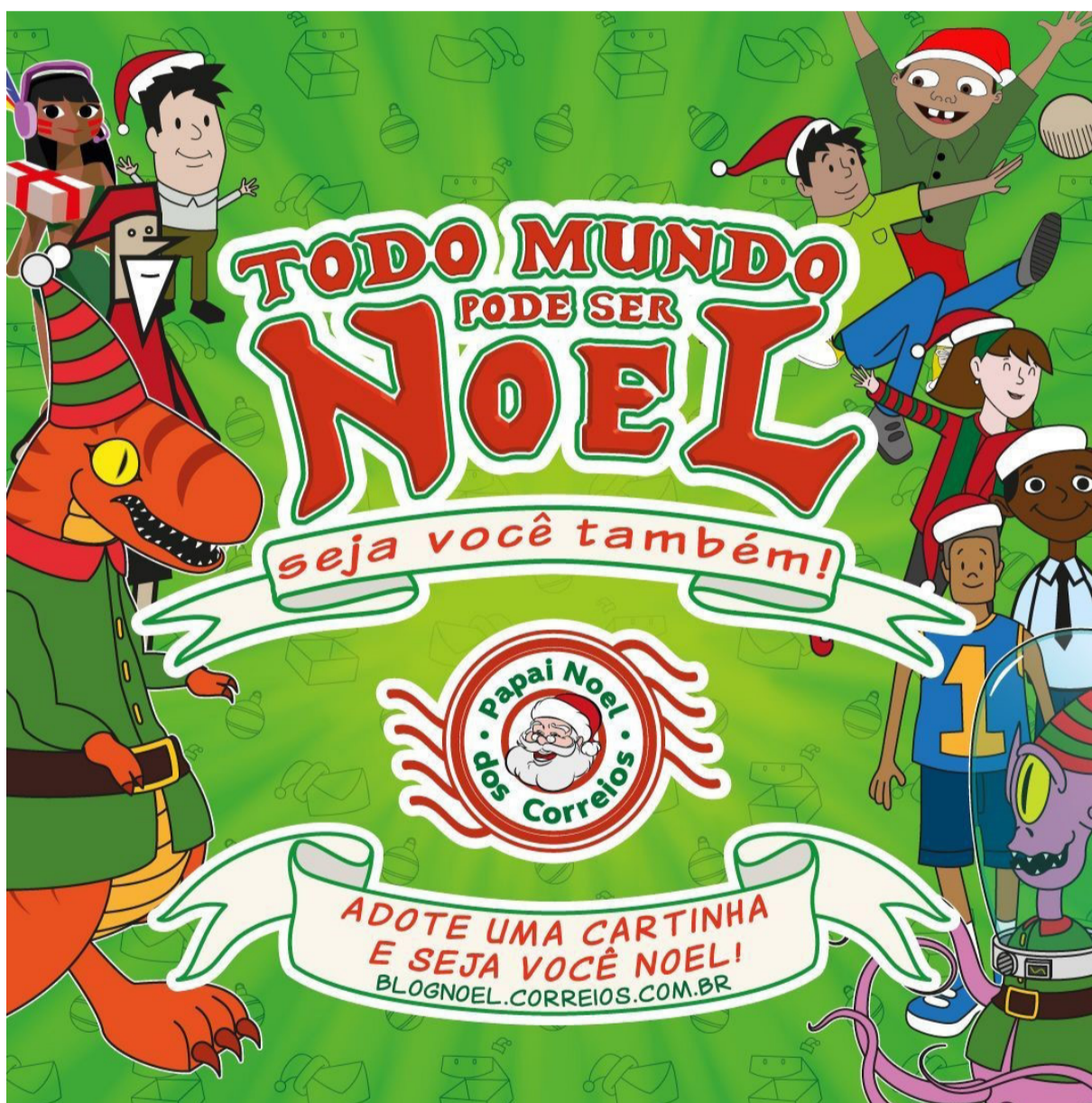
Município de Poções firma acordo com Ministério Público do Estado da Bahia para assumir casa de passagem e controlar população de animais abandonados na cidade

Pgs. 18

◆ AÇÃO SOCIAL

Papai Noel dos Correios: A maior ação solidária de Natal foi lançada na última segunda-feira em Vitória da Conquista

◆ ASCOM - SUPERINTENDÊNCIA DA BAHIA

◆ imprensaba@correios.com.br

A campanha Papai Noel dos Correios 2023 foi lançada na última segunda-feira (13) em Vitória da Conquista. O evento ocorreu no Shopping Conquista Sul, às 15 horas, para recepcionar as crianças, os padrinhos e as madrinhas da maior campanha solidária do Brasil.

A campanha, há 34 anos, disponibiliza cartas com pedidos de crianças matriculadas do 1º ao 5º ano do ensino Fundamental, independentemente da idade, de escolas da rede pública e de instituições parceiras, como creches, abrigos, orfanatos e núcleos socioeducativos. Desde 2010, os Correios estabeleceram parcerias com as Secretarias de Educação, a fim de trabalhar ações como o desenvolvimento da habilidade da redação de carta, o endereçamento correto e o uso do CEP, bem como promover a inclusão social.

Também são selecionadas e disponibilizadas para adoção as cartas enviadas por crianças da sociedade com até 10 anos de idade em situação de vulnerabilidade social.

Solidariedade que se multiplica – Em mais de três décadas de campanha, mais de 6,3 milhões de cartinhas foram atendidas. Em 2022, cerca de 187 mil cartas foram adotadas.

Este ano, já estão disponíveis mais de 96 mil cartas para adoção, somadas as cartas físicas, disponíveis nas agências

Expediente

Jornal do Sudoeste

A P E N A S A V E R D A D E

Instagram: @jsudoestebahia
Twitter: @jornaldosudoeste

Facebook: Jornal do Sudoeste
LinkedIn: Jornal do Sudoeste

Agência Sudoeste – Jornalismo, Assessoria e Pesquisas Ltda
Cnpj: 36.607.622/0001-20
LM Sudoeste Comunicação Ltda
Cnpj: 11.535.761/0001-64
Publicado desde 1998

Conselho Editorial

Antônio Luiz da Silva
Antônio Novais Torres
Leonardo Santos

Editor-Chefe/Coordenador de Redação

Antônio Luiz da Silva
(77) 99838-6283
editor@jornaldosudoeste.com

Redatora-Chefe Adjunta

Gabriela Oliveira de Jesus
(77) 98816-6680
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Gabriela Costa Matias

(77) 99997-5679
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Reportagem

Cássio da Silva Bastos - (77) 99919-1997
Cassiobastos_45@gmail.com

Evandro dos Santos Braz - (77) 99940-6496
esbraz@hotmail.com

Lucimar Almeida da Silva - (77) 99195-2858
lucimaralmeidajs@gmail.com

Social Media

Mariana Almeida da Costa Silva
(77) 99857-7493
socialmedia@jornaldosudoeste.com

Diagramação/Fotografia/Edição de Imagens/arte final

Evandro Maciel Miranda Miguel
(77) 99805-3982
diagramacao@jornaldosudoeste.com

Corrija o JS

erramos@jornaldosudoeste.com

Administração - Atendimento ao Cliente

Maira Bernardes Pinto
(77) 3441-7081
(77) 99804-5635
secretaria@jornaldosudoeste.com

Redação Telefone

(77) 3441-7081
(77) 99872-5389

E-mail:

redacao@jornaldosudoeste.com
jornalismo@jornaldosudoeste.com

Comercial: Publicidade/Publicidade Legal/Atos Oficiais/Editais

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com
Telefone: (77) 3441-7081 - 99804-5635

WhatsApp: (77) 99804-5635

E-mail: secretaria@jornaldosudoeste.com

Endereço eletrônico: www.jornaldosudoeste.com

participantes, e as digitais, acessíveis no Blog Noel. Para o presidente dos Correios Fabiano Silva dos Santos, os números só ressaltam o quanto o projeto comove o coração de brasileiros. "A cada edição, contemplamos um número crescente de padrinhos e madrinhas que adotam cartinhas, demonstrando que a bondade e a generosidade estão presentes em nossa sociedade, reforçando a crença em um mundo melhor", declarou durante o lançamento nacional da Campanha na última terça (7), no DF.

Como enviar uma carta – Como incentivadores da criatividade e da redação de textos, os Correios requisitam que as cartas sejam manuscritas. Além disso, no cadastramento será exigido o CPF da criança. O envio pode ser feito de duas formas: nas agências participantes ou pelo Blog do Noel. Para cartas enviadas digitalmente, é necessário fotografar ou digitalizar para envio ao Blog. Atendendo aos critérios, as cartas são disponibilizadas para adoção. É importante ressaltar que não são selecionadas cartas que contenham endereço, telefone ou foto da criança.

Padrinhos e madrinhas – Para adotar uma ou mais cartinhas, é só retirar em uma unidade participante da ação ou acessar o blog da campanha, de 9/11 a 11/12. Na página, clique em "Adoção On-line" e siga os passos. Para visualizar as cartinhas disponíveis em cada cidade, é necessário escolher a localidade. Aqueles que desejam tirar sonhos do papel devem ficar atentos às diferentes datas de início e fim da campanha em cada município participante na Bahia. Há pontos de adoção de cartinhas e entrega de presentes em diversas cidades, como Vitória da Conquista, Ipiaú, Itapetinga, Salvador, Barreiras, Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, entre outras.

Fique atento: os Correios não distribuem cartas para adoção diretamente à população, em suas residências. As cartinhas do Papai Noel dos Correios ficam disponíveis apenas nos locais indicados no blog. E para que a empresa possa acompanhar as adoções e as entregas dos presentes, os padrinhos devem cadastrar o CPF ou CNPJ.

A entrega de presentes deverá ser feita presencialmente, no ponto de entrega mais próximo da localidade indicada no Blog, até o dia 15/12. Os presentes precisam estar identificados com as informações da cartinha.

Para que esse grande gesto de solidariedade alcance cada vez mais crianças, os Correios convidam toda a sociedade a participar! Mais informações estão disponíveis no Blog do Noel, que pode ser acessado pelo portal www.correios.com.br. Acompanhe o Papai Noel dos Correios nos perfis oficiais da empresa no Twitter, Instagram, Facebook, LinkedIn e YouTube.

Agências e Pontos de adoção de cartas e entrega de presentes no Sudoeste da Bahia:

Agência Vitória da Conquista - Praça Joaquim Corrêa, 41 – Centro - Vitória da Conquista e na AGF Centro - Avenida São Geraldo, 511 – Recreio - Vitória da Conquista; Itapetinga - Rua Marechal Deodoro da Fonseca, s/nº - Centro – Itapetinga; Agência Ipiaú - Rua Juraci Magalhães, 68 – Centro - Ipiaú;

PROF. DR. WANDERLEY RIBEIRO

**Assessoria à Instituições de
Educação Superior,
Escolas, Prefeituras Parecerista
Direito Educacional**

Travessa da Ajuda nº2 Ed. Sul América, Sl, 601 - Centro - Salvador - Ba
Cep 40.020-030

71 - 2136-7479 / 98789-0843 / 99917-8500

wanderleyribeiro@bol.com.br

www.professorwanderleyribeiro.adv.br

TAISE RODRIGUES

**STUDIO
FOTOGRAFICO**

(77) 98858-1020

Centro de Triagem de Animais Silvestres é referência no estado e reconhecido em nível internacional

PMVCwww.pmvc.ba.gov.br

Ligado à Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), o Centro de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) de Vitória da Conquista atua desde o ano 2000, no recebimento e recuperação de animais silvestres apreendidos pela fiscalização ambiental ou entregues de forma voluntária e também na sua destinação ao habitat natural. Todo esse trabalho trouxe um reconhecimento nacional e internacional para o Cetas.

FOTO: DIVULGAÇÃO/



Somente entre os meses de janeiro e setembro deste ano, o serviço acolheu 3.350 animais. Destes, 83.88% retornaram à natureza. Situado no Parque Municipal da Serra do Periperi, o centro identifica e aloja os animais nos recintos adequados para cada espécie. Eles também recebem alimentação e cuidados médicos-veterinários necessários. A recuperação desses animais é monitorada e avaliada por uma equipe de profissionais formada por médicos-veterinários, biólogos e pessoal de apoio. Quando estão completamente reabilitados, em regra, são devolvidos à natureza em propriedades habilitadas para receber esses animais. No momento da soltura, é avaliado o ambiente adequado para cada espécie.

FOTO: DIVULGAÇÃO/



Essa atuação do Cetas de Vitória da Conquista chama a atenção da imprensa local, estadual, nacional e internacional. As ações e cuidados com os animais silvestres já foram divulgadas em diversos programas televisivos, a exemplo do Bahia Rural, da TV Bahia, o Programa do Gugu, da Record TV, em uma reportagem especial sobre o tráfico de animais silvestres, além do telejornal Bom dia Brasil e o Globo Rural, ambos da TV Globo.

Outros destaques do Cetas são as aparições no canal internacional Animal Planet e no documentário “E agora? O Tráfico de Animais Silvestres no Brasil”, lançado em 2017, com direção de Humberto Bassanelli. Nacionalmente, também é referência na transferência de informações entre outros centros de triagem e pelos trabalhos de soltura de animais, como o projeto que soltou um papagaio Amazona aestiva (papagaio-verdadeiro), no município de Tremedal-Ba, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de São Paulo.

Um exemplo desse trabalho aconteceu no último dia 30, quando a equipe do Cetas realizou a soltura de 200 aves, além de três cobras e um saruê, traficados da Bahia e que estavam aos cuidados do centro de triagem existente no estado de São Paulo. O veterinário do Cetas, Aderbal Azevedo, explicou que o período de estadia desses animais no Cetas foi curto, mas que todos os cuidados necessários foram tomados durante a reabilitação para devolvê-los em segurança.

A secretária municipal de Meio Ambiente, Ana Cláudia Passos, destacou que, em virtude do tráfico, os animais recepcionados no Cetas passam por situações de sofrimento extremo e muitos chegam tão debilitados que acabam morrendo. “Infelizmente ainda é muito comum pessoas que caçam animais, principalmente aves, para a venda e também por esporte, o que é crime ambiental e inadmissível em pleno século XXI”, declarou.

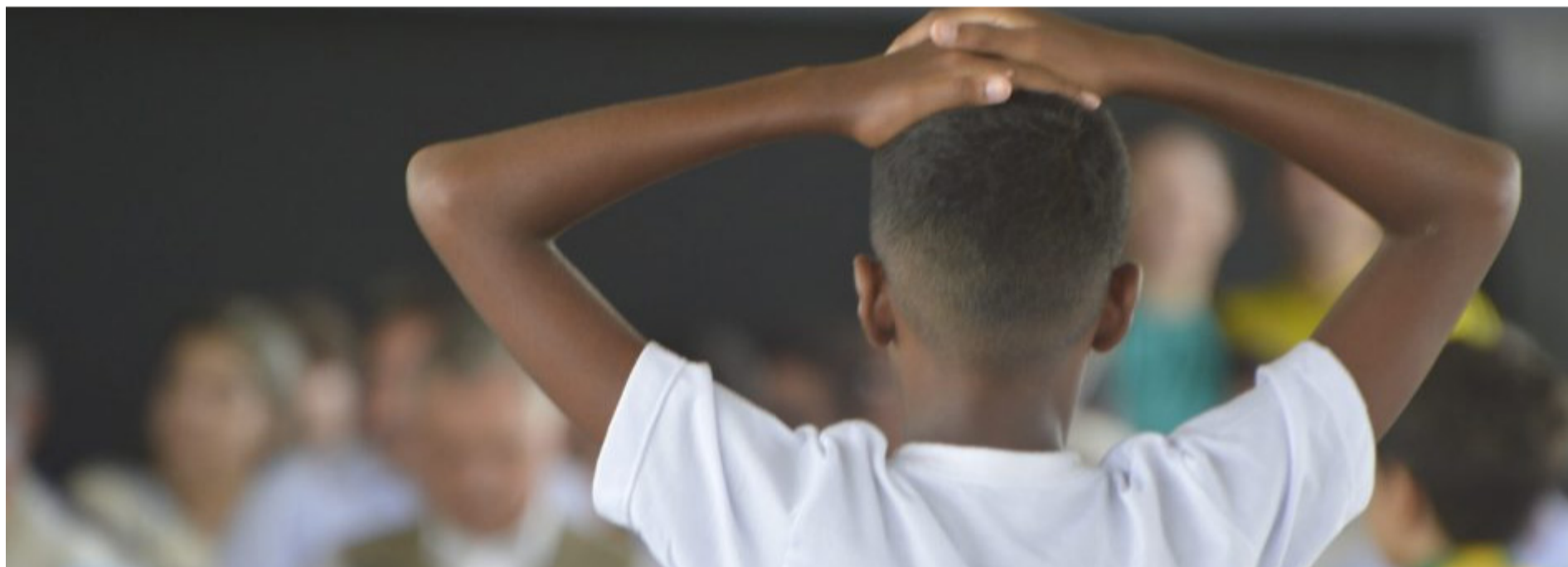
Ana Cláudia também afirmou que “todos os animais, desde uma onça a um simples lagartinho, têm importância imensa na biodiversidade, assim toda vida vale a pena e a gente faz todo esforço para cuidar desses animais”, completou.

A população pode ajudar no combate ao tráfico animais silvestres fazendo denúncias para o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), pelo telefone (77) 3423-134. Também podem entrar em contato com o Cetas, caso tenha informação de um bichinho que precisa ser resgatado ou queira entregar um animal no centro. Lembrando que quem faz a entrega de forma voluntária fica isento de qualquer penalidade legal. O telefone do Cetas é (77) 3423-2247.

◆ VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Quem garante o direito das crianças e adolescentes no Brasil?

FOTO: REPRODUÇÃO



POR ADYEL BEATRIZ

◆ <http://observatorioseguranca.com.br/>

Outubro é tradicionalmente identificado como mês das crianças, marcado por comemorações em todo Brasil. Passadas celebrações, os olhares se fecham para algo fundamental à subsistência da juventude: direitos básicos de crianças e adolescentes brasileiros, em sua maioria pretos e pobres, seguem sendo negados.

Milhares de jovens vivem no país com privações de direitos, como aponta o estudo “Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). O levantamento foi realizado com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) Anual, dos anos 2016 a 2022. Nele, foram analisados o acesso de crianças e adolescentes a seis direitos básicos: renda, educação, informação, água, saneamento e moradia.

Conforme estimativas da PnadC, a pobreza multidimensional oscilou entre 60% e 64%, envolvendo aproximadamente 31,9 milhões dos 52,8 milhões de crianças e adolescentes em 2022. Dentre as carências, o agravamento na área da educação, com destaque especial para o aumento do analfabetismo, fica em evidência. O número de crianças de 7 anos que não possuem habilidades de leitura e escrita aumentou significativamente, passando de 20% para 40%. Isso enfatiza a necessidade premente de implementar políticas públicas coordenadas em âmbito nacional, estadual e municipal para reverter a situação.

Os números nos dão a dimensão da gravidade da privação de direitos às crianças e adolescentes em estados brasileiros. No entanto, o significado é muito maior que estatística: são vidas ceifadas ou privadas de direitos básicos de saúde, educação e segurança. Vidas negras e pobres violentadas por um método consistente do Estado.

No boletim “Infância interrompida: números da violência contra crianças e adolescentes”, da Rede de Observatórios da Segurança, de 2021, os dados de letalidade ilustram uma realidade cruel para os jovens de estados brasileiros. Monitorou-se a violência dentro e fora de casa – quando o algoz muitas vezes é a família e outras vezes é o próprio Estado – e um caso de violência contra crianças e adolescentes a cada 12 horas, de junho 2019 a maio de 2021, foi registrado. Em 2023, a Rede monitorou 955 casos de violência entre janeiro e setembro.

Os direitos de crianças e adolescentes são inegociáveis e indispensáveis, como assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Acesso à educação, à moradia adequada com água e saneamento, à saúde, a uma renda compatível com suas necessidades básicas, acesso à informação, e a viver protegido contra violências precisam ser garantidos pelo Estado. Além disso, é preciso mudar o cenário de privações, passando pela priorização de jovens na agenda pública e no orçamento nacional, também pelo investimento em políticas articuladas, voltadas à garantia dos direitos de cada criança e adolescente, sem exceção.

O estado do Piauí no topo do debate

O estudo da UNICEF apontou o Piauí como o estado com maior número de crianças que sofrem com alguma privação. Embora tenha sido registrada queda acentuada em boa parte do país, o estado nordestino permaneceu no topo, sendo junto com o Pará, as únicas unidades federativas com percentuais acima de 85%.

Futuro interrompido

O Instituto Fogo Cruzado lançou em outubro deste ano uma análise sobre o impacto da violência na vida das crianças. Foram contabilizados, no geral, 165 crianças baleadas desde 2016, nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro, do Recife e de Salvador. Das vítimas, 41 delas morreram e 124 ficaram feridas.

O caso mais grave é no Rio: das 165 crianças baleadas, 119 delas foram atingidas no Grande Rio, entre 5 de julho de 2016 e 30 de setembro de 2023: 32 delas morreram e 87 ficaram feridas.

Jovens que crescem em territórios que têm a violência do Estado presente, são marcados pelos traumas físicos e psicológicos que ultrapassam o tempo. A ineficiência de políticas de atendimento especializado para meninas e meninos é também outra forma de privação, que tem como consequência a formação de adultos adoecidos.

O Brasil das privações se nega a morrer com tantos Joãos, Emilys, Rebecas, Henrys ou Miguéis vitimados dia após dia. Crianças e adolescentes pobres, pretos e pretas, têm o direito de crescer saudáveis e seguros.

Adyel Beatriz é assistente de comunicação na Rede de Observatórios*



Óticas Carol

TANQUE NOVO - BA
Av. Castro Alves, s/nº, Centro, próximo a Praça da Feira.

IGAPORÃ - BA
Rua sete de Setembro, nº 33, Centro, ao lado da Coelba.

SERRA DO RAMALHO - BA
Av. Sul, Centro, ao lado da Construbahia.

(77) 981690671

Proprietário: **Gilvanio Rocha da Silva**

Por reajuste salarial, professores de Maetinga entram em greve por tempo indeterminado

GABRIELA OLIVEIRA

jornalismo@jornaldosudoeste.com

FOTO: DIVULGAÇÃO - APLB/SINDICATO



Em greve, professores de Maetinga realizaram, na manhã da quinta-feira (16), manifestação na porta da Prefeitura Municipal.

Cerca de dois mil alunos das Escolas que integram a rede municipal de Educação de Maetinga estão sendo impactados pela greve dos professores, que teve início nesta quinta-feira (16). A principal cobrança dos professores municipais, através do Núcleo do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (Aplb/Sindicato), é pelo não reajuste dos salários da categoria conforme determina a legislação vigente. A greve, que foi previamente comunicada à Administração Municipal, conforme determina a legislação, no último dia 10, e aos pais de alunos na terça-feira (13), segundo aponta a Coordenadora do Núcleo da Aplb/Sindicato no município, Pedagoga Rosilene Freitas de Souza, é por tempo indeterminado. A Coordenadora do Núcleo da Aplb/Sindicato no município, Rosilene Freitas de Souza, reforçou que o reajuste salarial, com base no Piso Nacional dos Professores, fixado por Portaria do Ministério da Educação, que deveria ter sido aplicado desde janeiro, foi o ponto central que levou os educadores a tomarem essa medida drástica.

Uma professora da rede municipal de Ensino de Maetinga, que concordou em falar com a reportagem do JS desde que tivesse a identidade preservada, apesar de expressar preocupação com a situação, considerando que estamos no final do ano letivo e que a paralisação poderá impactar negativamente nos estudantes, enfatizou que a greve é uma forma de chamar a atenção para a importância do reconhecimento do trabalho dos professores e a valorização da Educação. E que no caso de Maetinga, foi a única medida a ser adotada diante da postura intransigente da prefeita Aline Costa Aguiar Silveira (PL) em relação ao reajuste da categoria.

Na manhã da quinta-feira (16), primeiro dia da greve, os professores realizaram uma manifestação, com cartazes reforçando as reivindicações, que são mais amplas que o aumento salarial.

OUTRO LADO

A reportagem do JS tentou, sem sucesso, ouvir a prefeita Aline Costa Aguiar Silveira (PL), através de mensagem de texto, por meio do Aplicativo WhatsApp, encaminhada ao telefone pessoal da gestora [77 77 8845-**12]. A prefeita, embora haja registro do recebimento da mensagem, não respondeu.

◆ ENEM

Enem: quem perdeu prova tem até 23h59 de hoje para pedir reaplicação

Provas ocorrerão em 12 e 13 de dezembro

FOTO: RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL



◆ POR AGÊNCIA BRASIL
agenciabrasil.abc.com.br

O prazo para solicitar a reaplicação do Exame Nacional do Ensino Médio 2023 (Enem) termina às 23h59 desta sexta-feira (17h). Podem fazer o pedido candidatos que tiveram problemas de logística, como desastres naturais ou falta de energia no local da prova; problemas de saúde, como doenças infectocontagiosas; ou ainda quem foi alocado para fazer o exame a mais de 30 quilômetros da residência.

A solicitação deve ser apresentada via Página do Participante e a reaplicação ocorrerá nos dias 12 e 13 de dezembro

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) explica que, “nos casos de doenças infectocontagiosas, os pedidos de reaplicação devem ser acompanhados por documentos comprobatórios, que serão analisados pelo Inep individualmente”.

Nos casos de ausência devido a problemas logísticos, o Inep avaliará as solicitações, de acordo com as intercorrências registradas.

Para solicitar a reaplicação do exame, o candidato deve acessar Página do Participante e apresentar documento que comprove a necessidade. Os dados inseridos no pedido não podem ser alterados após o envio.

Câmara realiza primeira audiência pública para discutir orçamento 2024

FOTO: DIVULGAÇÃO

CMVC

www.camaravc.ba.gov.br

Foi realizada na tarde desta quinta-feira (16), no Plenário Carmen Lúcia, uma audiência pública que discutiu a Lei Orçamentária Anual referente a 2024. A iniciativa é da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), presidida pelo vereador Luciano Gomes (PCdoB).



Participaram desse debate o presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Luciano Gomes, a representante da secretária de Governo, Geane Oliveira, representantes das secretarias de finanças e saúde, secretário de Transparência e Controle José Raimundo.

O vereador Luciano Gomes (PCdoB) abriu a audiência relatando a importância da discussão, que segundo ele, cumpre a legislação, que pede a realização das audiências. Lembrou que já houve discussões sobre a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, na Casa do Povo e que agora se discute o orçamento 2024 e a aplicação de recursos no município. Lembrou das emendas impositivas que constam na LDO e pediu que elas sejam cumpridas pelo Executivo, pois é uma forma de atender as demandas das comunidades.

Romar Souza Barros, representando a secretaria de finanças, disse que a Prefeitura Municipal vem apresentando propostas, através da LOA, que promovam qualidade de vida a população e que a secretaria de finanças tem a função de fiscalizar de forma detalhada todo orçamento aplicado garantindo o comprometimento do recurso público.

José Raimundo, representante da Secretaria de Transparência e Controle, cumprimentou todos os presentes na mesa e afirmou que a lei orçamentária anual é extremamente importante para a organização financeira do município, ele destacou que é feita 'na ponta do lápis' para entender com clareza quais são os investimentos que a cidade necessita. A lei orçamentária anual é a junção do

planejamento macro com o planejamento de curto prazo, e é um instrumento para ter a estimativa da receita e da despesa.

Edinael Pardim, trouxe explicações sobre o que é a Lei Orçamentaria, destacando que é compatível a Lei 2809/2023 e referente ao orçamento de 2024, dando o direcionamento aos trabalhos realizados pela gestão municipal. Descreveu tudo o que está relacionado na LOA, de despesas com pessoas, manutenção, investimentos e ampliação do patrimônio público municipal, relatando valores referentes a cada área. (segue em anexo)

Geane Oliveira, Secretária Municipal de Governo, declara que os números mostram que o crescimento do orçamento é proporcional ao crescimento da receita do município. Aproveitou a audiência para lembrar os presentes que a reforma tributária (PEC 45/2019), que está em votação no Senado, pode representar mudanças efetivas na Lei Orçamentária Anual, assim destacou que "orçamento não é financeiro, é projeção, e como tal, está sujeita a adaptação". Segundo ela, a Prefeitura de Vitória da Conquista tem feito peças orçamentárias que não destoam da realidade do município, e é de extrema importância que a população fique atenta e participe das Audiências Públicas, propostas pela Câmara, para tirar dúvidas e se informar.

Edivaldo Ferreira Júnior, vereador (PTB), parabenizou a realização da audiência, lembrando que várias secretarias foram representadas, para tratar desse assunto tão importante. Lembrou que a Lei é dinâmica pois podem ocorrer remanejamentos, suplementações no decorrer do ano e que "o papel da casa Legislativa é fiscalizar e acompanhar a aplicação correta dos recursos. "Não podemos deixar de falar aqui das emendas impositivas. São direitos dos parlamentares, é através delas que podemos indicar algo que os moradores precisam", falou, pedindo que "possamos avançar nessa questão".

◆ SAÚDE ANIMAL

Novembro Azul Pet: animais de companhia também podem ter câncer de próstata. Saiba como prevenir e tratar

FOTO: DIVULGAÇÃO



◆ **MARIANA TABATIANO - ASCOM (TEXTO COMUNICAÇÃO CORPORATIVA)**

mariana@textoassessoria.com.br

A campanha "Novembro Azul" é geralmente associada à conscientização sobre a saúde masculina, especialmente quanto à prevenção e ao diagnóstico precoce do câncer de próstata. No entanto, esse conceito também tem sido aplicado aos animais de estimação e destaca a importância da saúde dos animais, especificamente dos machos. "A campanha nesse mês tem como intuito alertar e informar os tutores que os pets também podem apresentar alterações prostáticas, além disso, orienta sobre os cuidados necessários e a rotina de exames regulares para o bem-estar dos pets", explica a médica-veterinária Stefanie Pobleto, coordenadora de produtos da Linha Pet da Syntec do Brasil.

A alteração de próstata mais comum em cães é a Hiperplasia prostática benigna, conhecida como HPB. Essa enfermidade está diretamente associada ao envelhecimento, sendo mais comum em machos idosos não castrados, é geralmente de natureza benigna e a maioria dos casos se resolve com a castração do pet.

Além da HPB, segundo o Conselho Federal de Medicina Veterinária, o câncer de próstata também pode ocorrer, com maior frequência em cães, com idade entre seis e sete anos de idade. O problema acomete aproximadamente 4% dos cães com mais de sete anos e, se o pet não for castrado, esse percentual dobra. Gatos também podem ser acometidos por essa doença.

De acordo com a médica veterinária da Syntec, "somente o veterinário pode identificar a doença em alguns casos, tanto no exame físico, quanto em exames complementares como o ultrassom. Além disso, as alterações de próstata, costuma se manifestar juntamente com outros sinais, como dificuldade de urinar, sangue na urina e até dificuldade de defecação".

A médica-veterinária lembra que "muitas vezes os sinais podem ser silenciosos, sendo importante manter a rotina de consultas e exames preventivos dos animais em dia – o que contribui para o diagnóstico precoce. Dessa forma, o bem-estar do animal é preservado e os tratamentos podem ser mais eficazes, garantindo a qualidade de vida.

◆ DIREITOS HUMANOS

Média de mortes de quilombolas dobra entre 2018 e 2022, diz pesquisa

Apenas em 2023, estudo preliminar já indica sete mortes violentas

FOTO: ACEV/FACEBOOK

**POR LUIZ CLAUDIO FERREIRA - AGÊNCIA BRASIL**<https://agenciabrasil.abc.com.br/>

Três meses após o assassinato de Maria Bernadete Pacífico, a Mãe Bernadete, do Quilombo de Pitanga dos Palmares, na Bahia, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) e a Terra de Direitos divulgaram, nesta sexta-feira (17), um estudo que mostra o crescimento da violência em comunidades tradicionais. Segundo a nova edição da pesquisa Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil, a média anual de assassinatos praticamente dobrou nos últimos cinco anos, se comparado ao período de 2008 a 2017.

A morte de Mãe Bernadete, em agosto, não está contabilizada no estudo. Em 2023, há um levantamento preliminar de sete mortes. A pesquisa mostra que, entre 2018 e 2022, houve 32 assassinatos em 11 estados. Ainda de acordo com o estudo, as principais causas desses ataques foram conflitos fundiários e violência de gênero.

Ao menos 13 quilombolas foram mortos no contexto de luta e defesa do território. As entidades pretendem entregar o estudo a autoridades do Executivo federal e estaduais e secretarias de Justiça dos estados, além do Poderes Legislativo e Judiciário a partir desta sexta-feira.

Na primeira edição da pesquisa (2008 a 2017), havia um mapeamento de 38 assassinatos ocorridos no período de dez anos (2008-2017). A média anual de assassinatos, que era de 3,8, passou a ser de 6,4 ao ano. Em 15 anos, 70 quilombolas foram assassinados.

Racismo

Segundo uma das pesquisadoras, a socióloga Givânia Maria da Silva, coordenadora do coletivo nacional de educação da Conaq, o levantamento foi feito em campo nas próprias comunidades. Ela identifica que os números vão além do que é noticiado pelos meios de comunicação e espelham uma estrutura racista da sociedade brasileira.

A questão da terra no Brasil é fundamental na discussão, assinalam as entidades pesquisadoras. "Ao falar da política de terra, a gente vê o quanto essa questão é atravessada pelo racismo. No Brasil, a impressão que eu tenho é que falar de terra, tendo pessoas negras como proprietárias, parece que ainda é mais grave", acentua.

O coordenador da Terra de Direitos, Darci Frigo, sublinha que demonstrações de racismo estrutural e institucional formam o pano de fundo da violência. Ele acrescenta que a morosidade do processo de regularização fundiária proporciona que a violência se amplie. Por isso, é necessário, explica, que a gestão pública atue tanto no combate à violência como nas ações de garantia de direitos. "Não ter política pública gera mais violência", opina.

Os estados do Maranhão (9), Bahia (4), Pernambuco (4) e Pará (4) têm os maiores números de casos. "Se a gente fosse atualizar, a Bahia estaria em primeiro lugar. A Mãe Bernadete morreu da mesma forma que o filho dela. O filho morreu reivindicando o território e ela buscando justiça pela morte do filho. É mais um direito silenciado a partir do assassinato", afirmou.

Comunidades como alvos

O filho de Mãe Bernadete, Jurandir Wellington Pacífico, de 43 anos, também entende que a falta da titulação da terra propiciou o assassinato da mãe dele. "As terras quilombolas são fontes de energia e também são alvos da grilagem e do tráfico", disse o gestor cultural, que também é liderança do Pitanga dos Palmares. "Minha mãe era uma representante mundial da causa e que sempre lutou pelo empoderamento feminino", acrescenta.

A socióloga Givânia Silva entende que a pesquisa pode trazer mais visibilidade às necessidades dos governos federal e estaduais de darem mais atenção à problemática, uma vez que houve perda de orçamento para segurança pública desde 2016.

As entidades realizadoras do estudo explicam que, além de assassinatos, o estudo traz um levantamento de violações de direitos sofridos por comunidades quilombolas em que houve identificação de morte causada por crimes.

Segundo a pesquisa, em 10 das 26 comunidades em que foram registrados assassinatos não há processos abertos no Instituto Nacional de Reforma e Colonização Agrária (Incrá), autarquia responsável pela regularização fundiária dos territórios quilombolas. Nessa situação, sete assassinatos (70%) foram motivados por conflitos fundiários.

Entre os 11 quilombos que estão totalmente ou parcialmente titulados, os conflitos fundiários representaram 27% dos assassinatos. O estudo chama atenção para 1.805 processos abertos no Incra para regularização fundiária de territórios quilombolas, segundo a Fundação Palmares

Proteção dos defensores

As entidades recomendam que o Estado e municípios elaborem planos de titulação dos territórios quilombolas, com metas concretas anuais, orçamento adequado e estrutura administrativa para a titulação dos territórios quilombolas. O levantamento reitera a necessidade de proteção a defensores e defensoras de direitos humanos.

Nessa linha, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania reinstalou a Comissão Nacional do Enfrentamento à Violência no Campo. O grupo, em reunião nesta semana, reiterou a necessidade de consolidação da proteção coletiva de povos indígenas e quilombolas.

A comissão pretende definir protocolo de investigação de crimes praticados "contra defensores de direitos humanos e a morosidade das ações voltadas à reforma agrária e demarcação de territórios tradicionais que acaba por escalar tensões e conflitos".

Os membros do grupo devem ter encontros mensais para elaborar uma proposta de anteprojeto de lei sobre a Política Nacional de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, aos Comunicadores e aos Ambientalistas. O prazo para conclusão do trabalho é de seis meses.

A página do Incra (autarquia responsável pela titulação dos territórios quilombolas) aponta que a política de regularização fundiária de terras quilombolas é "de suma importância para a dignidade e garantia da continuidade desses grupos étnicos". O endereço disponibiliza documentos como o acompanhamento de processos de regularização quilombola e a relação de processos de regularização de territórios quilombolas abertos.

Dor e luto

Filho da Mãe Bernadete, Jurandir Pacífico, mesmo em dias de dor e luto, busca honrar a memória de luta da mãe. No ano que vem, pretende inaugurar um instituto que leva o nome dela com o objetivo de manter todo o legado cultural e social da mãe. Além disso, quer ajudar comunidades com documentação.

"O instituto terá a responsabilidade de desenvolver e executar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação, que é fundamental para registro e titulação das terras quilombolas", frisou. É assim também que ele quer fazer valer, na prática, o que repete diariamente em sua comunidade: "Mãe Bernadete, presente".

◆ DIREITOS HUMANOS

Mãe Bernadete foi executada a mando do tráfico, conclui polícia civil da Bahia

Líder quilombola lutava contra a extração ilegal de madeira e contra o tráfico na região do Quilombo Pitanga dos Palmares

◆ ANA COELHODA CNN

◆ <https://www.cnnbrasil.com.br/>

A Polícia Civil concluiu, nesta quinta-feira (16), que Bernadete Pacífico, ialorixá e liderança quilombola, foi morta a mando de um líder do tráfico de drogas na região do Quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Bernadete Pacífico foi morta a tiros, aos 72 anos, em 17 de agosto deste ano

Ao todo, seis pessoas foram indiciadas pelo crime, sendo cinco pelo assassinato de Mãe Bernadete, e um sexto por posse ilegal de arma, segundo o Ministério Público da Bahia (MP-BA). Um dos indiciados e executores está foragido. Na coletiva realizada pela Polícia Civil, a delegada Andréa Ribeiro, responsável pelas investigações, afirmou que a líder quilombola era legitimada pela comunidade e desempenhava um papel significativo na defesa dos interesses locais e, quando confrontou os interesses do tráfico, acabou sendo assassinada.

Exploração ilegal e tráfico de drogas

De acordo com a Polícia Civil, um morador do quilombo, identificado como Sérgio, é o instigador do crime. Ele havia tido discussões com Bernadete, após a líder ter se manifestado contra a extração ilegal de madeira na região da qual ele fazia parte. Sérgio, então, deduziu que ela era autora de uma denúncia anterior, o que resultou na apreensão de madeira ilegal na região.

Após a discussão, Sérgio informou para os líderes do tráfico na região, Murilo dos Santos, o "Maquinista", e Ydney Carlos, o "Café", que Bernadete poderia atrapalhar o trabalho do tráfico, porque ela estava atraindo a polícia para a região.

A investigação também apontou que o tráfico havia montado uma barraca chamada "Pitanga Point", onde atuava com o comércio de drogas na região.

Diante da ameaça, eles ordenaram que os executores, identificados como Arielson, preso em Araçás (BA), e Josevan, foragido, invadissem a casa de Bernadete. A líder quilombola foi morta com vinte cinco tiros no dia 17 de agosto deste ano.

Os acusados foram indiciados por homicídio qualificado por motivo torpe, de forma cruel, com uso de arma de fogo e sem chance de defesa da vítima, segundo o MP-BA. O órgão concluiu que Mãe Bernadete morreu por que lutava contra o tráfico de drogas.

Segundo a Polícia Civil, existem outros inquéritos em aberto que estão apurando o tráfico de drogas e conflitos fundiários na região do quilombo.

Programa de Proteção

A líder quilombola fazia parte do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH) do Governo Federal. Além de escolta armada, a sede do quilombo Pitanga dos Palmares, onde ela vivia, era monitorada por câmeras de segurança.

À CNN, Leandro Silva, advogado da família, informou que algumas câmeras não estavam funcionando e que a qualidade do equipamento dificultou a análise das imagens.

O Ministério dos Direitos Humanos havia proposto que os integrantes da família de Bernadete alterassem suas identidades, para que se protegessem de novas ações criminosas contra a família.

A defesa recusou a proposta alegando que tal mudança drástica de identidade resultaria na ruptura de laços comunitários e atenderia aos objetivos do grupo criminoso que é a desmobilização da comunidade quilombola.

No início de novembro, a família da líder quilombola contratou um perito particular para revisar o resultado da perícia e o laudo de morte feito pela Polícia Civil da Bahia.

Quem era Mãe Bernadete

Bernadete Pacífico liderava a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq) e, segundo nota emitida pela entidade, dedicou sua vida "à preservação da cultura, da espiritualidade e da história de seu povo".

No texto, a Conaq lembra que o assassinato de Binho do Quilombo, filho da líder, segue sem resposta, a exemplo de homicídios cometidos contra outras lideranças quilombolas. "Junta-se à injustiça mais uma vítima da violência enfrentada por aqueles que ousam levantar suas vozes na defesa dos nossos direitos ancestrais", afirmou.

"Mãe Bernadete, agora silenciada, era uma luz brilhante na luta contra a discriminação, o racismo e a marginalização. Atuava na linha de frente para solucionar o caso do assassinato do seu filho Binho e bravamente enfrentou todas as adversidades que uma mãe preta pode enfrentar na busca por justiça e na defesa da memória e da dignidade de seu filho."

***Sob supervisão de Marcos Rosendo**



Jornal ♦
do Sudoeste

TESTEMUNHOU UM FLAGRANTE DE NOTÍCIA?
QUER RECLAMAR DOS PROBLEMAS DA SUA CIDADE E DO SEU BAIRRO?

QUER SUGERIR, MANDAR FOTOS E VÍDEOS, DAR INFORMAÇÕES PARA UMA REPORTAGEM?
FALE DIRETAMENTE COM A REDAÇÃO DO JS ATRAVÉS DO WHATSAPP:

(77) 99872-5389

◆ LITERATURA

1ª edição da FliConquista é oficialmente aberta proclamando Literatura e Liberdade

ÉRIKA CAMARGO – ASCOM FLICONQUISTA

fliconquista@gmail.com

Na noite de quarta-feira (15), Vitória da Conquista inaugurou sua própria tradição literária com a abertura da 1ª edição da Feira Literária de Vitória da Conquista (FliConquista), um evento que proclamou Literatura e Liberdade, celebrando a obra do poeta Camillo de Jesus Lima, grande homenageado da Feira.

A cerimônia contou com a presença dos curadores da Feira Ester Figueiredo e Elton Becker, autoridades políticas, representantes de instituições educativas, apoiadores da FliConquista e defensores da cultura.

Marta, filha de Camillo de Jesus Lima, emocionou a plateia ao recordar uma frase do pai: "Não existe morte para quem produz a própria história", ressaltando a importância da memória e do legado do homenageado.

O advogado Ruy Medeiros, responsável pela conferência de abertura "Ideais da Liberdade da Bahia na Obra de Camillo de Jesus Lima", enfatizou que, na poesia do homenageado, a liberdade é coletiva e emancipatória.

A professora Ester Figueiredo expressou sua gratidão pela participação do público, destacando que a FliConquista nasce plena, com uma programação extensa e intensa, sendo o encontro entre escritor, autor e público.

Além disso, a sessão de abertura contou com a presença de diversas personalidades, incluindo o Secretário de Cultura Bruno Monteiro, o Presidente da Fundação Pedro Calmon Vladimir Costa Pinheiro, o Deputado Federal Waldenor Pereira, o Deputado Estadual José Raimundo Fontes, representando a ALBA, e a representante da família do escritor homenageado, Marta Cristina de Lima Góis.

A FliConquista é realizada pelo Coletivo Barravento, composto por professores, produtores culturais, intelectuais e entusiastas da literatura, e conta com a parceria do Studio Palma e o apoio da Fundação Pedro Calmon, Governo do Estado da Bahia e Governo Federal do Brasil. A programação da FliConquista é completamente gratuita.

Para acompanhar todas as atualizações e informações sobre a FliConquista, siga o evento no Instagram.

Texto: Érika Camargo

Fotos: Vinícius Brito

SERVIÇO: FliConquista – Feira Literária de Vitória da Conquista

Quando: 15 a 19 de novembro de 2023

Onde: Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima

Contato: fliconquista@gmail.com

Apoio: Fundação Pedro Calmon, Governo do Estado da Bahia e Governo Federal do Brasil



POR ANDRÉ NAVES



André Naves é Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social; Mestre em Economia Política; Escritor, Professor e Palestrante.

A REAL LÓGICA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

Ao contrário do furdunço ideológico que contamina grande parte dos bancos escolares nacionais, o agronegócio brasileiro é exemplo para o mundo de sustentabilidade ambiental, inclusão social e eficiência econômica, devendo ser motivo de orgulho para toda a gente brasileira. O agronegócio brasileiro tem se destacado como um modelo de sucesso que transcende as fronteiras do país.

Apesar desse setor ser frequentemente contaminado por debates ideológicos e conflitos, o campo brasileiro representa uma história de sustentabilidade ambiental, inclusão social e eficiência econômica que merece ser reconhecida e celebrada.

O Brasil rural é o Brasil que dá certo! Seja pelo feixe de valores que ostenta, seja pelas vantagens competitivas naturais ou construídas, a atividade econômica rural representa o que há de melhor nas terras brasileiras, podendo, e devendo, espriar-se por todas as demais iniciativas econômicas e sociais daqui.

Uma das características mais marcantes do agronegócio brasileiro é a sua base sólida em valores essenciais, como o estudo, o trabalho e a disciplina. Esses valores não são apenas palavras vazias, mas princípios que orientam a ação de muitos agricultores e empresários rurais. A busca constante por conhecimento, a dedicação ao trabalho árduo e a disciplina na gestão dos recursos são pilares que sustentam o sucesso do agronegócio.

Além disso, a atividade agropecuária brasileira desenvolveu, ao longo do tempo, tecnologias inovadoras para o cultivo e para o manejo. A agricultura e a pecuária em terras nacionais, devido a essas técnicas, conseguem regenerar o meio ambiente enquanto produzem altas taxas de lucratividade e de proveito social.

Ao lado dos valores fundamentais que permeiam o agronegócio, é importante destacar as vantagens competitivas naturais que o Brasil possui. Com uma extensa área de terras férteis, um clima propício para o cultivo e uma biodiversidade invejável, o país tem condições excepcionais para a produção agrícola e pecuária. Mas, para além disso, é fundamental ressaltar que muitos avanços foram conquistados por meio de esforços e investimentos em pesquisa e tecnologia. A incorporação de práticas sustentáveis e inovações no campo brasileiro tem sido um fator-chave para o seu sucesso.

Um aspecto que merece destaque especial é a inclusão social proporcionada pelo agronegócio. O setor emprega milhões de brasileiros, tanto no campo quanto na indústria que o suporta. Além disso, promove o desenvolvimento de comunidades rurais, contribuindo para a fixação de famílias no interior e melhorando a qualidade de vida de muitos brasileiros. A diversidade de atividades do agronegócio oferece oportunidades para pessoas de diferentes formações e habilidades, demonstrando um compromisso genuíno com a inclusão social.

No que diz respeito à sustentabilidade ambiental, o agronegócio brasileiro tem avançado na implementação de práticas que visam a preservação dos recursos naturais. A conscientização sobre a importância da conservação do solo, da água e da biodiversidade tem se refletido em ações concretas, como a adoção de sistemas de produção mais sustentáveis e o investimento em tecnologias de baixo impacto ambiental.

O Brasil rural, com suas vastas extensões de terra, representa uma oportunidade para o país. O sucesso do agronegócio brasileiro não deve ser limitado ao campo, mas deve inspirar e servir como exemplo para outras iniciativas econômicas e sociais. Os princípios de estudo, trabalho e disciplina, aliados às vantagens naturais do país, podem ser aplicados em diversas áreas, promovendo o crescimento e o desenvolvimento sustentável.

É crucial destacar que aqueles que criticam o agronegócio nacional muitas vezes não consideram a realidade e complexidade desse setor. Essas críticas, muitas vezes, ecoam argumentos estrangeiros que visam manter seus mercados agrícolas protegidos, uma vez que enfrentam dificuldades em competir com a notável eficiência econômica e social do agronegócio brasileiro. É fundamental lembrar que o agronegócio no Brasil, em contraste com a média dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), recebe pouquíssimos subsídios, evidenciando sua capacidade de se manter competitivo sem a dependência de apoio financeiro significativo.

Em resumo, o agronegócio brasileiro é um motivo de orgulho para todos os brasileiros. Sua história de sucesso, baseada em valores sólidos, vantagens competitivas naturais e compromisso com a inclusão social e a sustentabilidade ambiental, serve como inspiração para o país. O campo é, de fato, o Brasil que dá certo, e seu exemplo deve ser valorizado e compartilhado em busca de um futuro melhor para toda a nação.

Município de Poções firma acordo com Ministério Público do Estado da Bahia para assumir casa de passagem e controlar população de animais abandonados na cidade

O Programa deve ser implementado até o dia 31 de março de 2024.

FOTO: FREEPIK



GABRIELA OLIVEIRA

jornalismo@jornaldosudoeste.com

O Ministério Público Estadual (MP-BA) e o município de Poções firmaram um acordo no qual o município se comprometeu a implementar um programa municipal permanente de controle populacional de animais e disponibilizar uma casa de passagem dedicada a abrigar temporariamente os animais que estão sob a responsabilidade da Associação Amigos dos Bichos (AAB). O acordo foi firmado na última terça-feira, (14).

De acordo com o texto redigido pelo promotor de Justiça Ruano Fernando da Silva Leite, o programa deve ser implementado até o dia 31 de março de 2024, e a nova casa de passagem deve estar em funcionamento até o dia 31 de abril do mesmo ano. Com isso, a casa mantida atualmente pela AAB, será fechada até o dia 31 de maio de 2024.

Ainda de acordo com o promotor, o programa municipal de controle populacional de animais deverá ser submetido ao Conselho Regional de Medicina Veterinária. Sendo assim, o município se comprometeu ainda a implantar um serviço de esterilização de cães e gatos que atenda um número específico de animais por mês, esse número ainda vai ser determinado por um estudo. O município ainda se responsabilizou pela realização de mutirões e atendimento da população sem recursos e as entidades filantrópicas de proteção animal situadas no Município e que estão cadastradas na Secretaria Municipal de Meio ambiente.

A casa de passagem deverá ter capacidade para 60 animais, sendo oferecidos os serviços de captura e encaminhamento de cães e gatos abandonados para atendimento médico veterinário. O acordo prevê ainda, que o município implemente um programa de educação ambiental em bem-estar animal voltado para a formação de valores para o respeito a todas as formas de vida.

(*Com informações da Assessoria de Comunicação Social do Ministério Público do Estado da Bahia)

POR WAGNER BALERA



Professor de Direito Previdenciário PUC-SP titular na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo nos cursos de graduação e pós-graduação em Direito Previdenciário. Livre-docente e doutor em Direito Previdenciário pela mesma Universidade. Mestre em Direito Tributário. Coordenador da graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) em Direito Previdenciário na PUC/SP. Autor de mais de 50 livros em Direito Previdenciário.

DEMOCRACIA E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

O CNPS (Conselho Nacional de Previdência Social) é o órgão incumbido de operar a democracia e a transparência na gestão da Previdência Social. Não é uma missão de seus membros, e sim um dever constitucional. Seria, pois, necessário que o CNPS explicasse muito bem como conseguiu, em poucos dias, promover a redução de despesas para o ano que vem da expressiva cifra de R\$ 12,5 bilhões. Sem embargo dos esforços gigantescos que estão sendo realizados pelo INSS, cujo Presidente é do ramo, a fila não anda. E a fila gerará, se andar, quase um milhão e setecentos benefícios a mais.

Mais benefícios, mais despesas... O INSS pagará, no ano que vem, R\$ 897,7 bilhões de reais. Se quiser, veja quanto isso representa por dia, por hora, por mês. Um bom exercício para quem acha que o INSS nega tudo para todos os que batem na sua porta. Ah, é verdade. Alguém disse que a redução será decorrente da revisão de benefícios. Como assim? O INSS consegue errar tanto ou tem sido, como disse certo autor há mais de quarenta anos, “o reino das fraudes”?

Os julgados do Tribunal de Contas da União, que tem cobrado a revisão dos benefícios, apontam para a metade do corte que o CNPS acaba de fazer. É um colegiado muito mais otimista que aquele que entende formalmente de contas. E se trata de mera argumentação retórica. O TCU não dispõe de dados para quantificar possíveis irregularidades. Se soubesse que o benefício de Caio ou de Flávia não é devido, já teria mandado cortar.

Sem querer ser pessimista, duvido muito de números tão pomposos. Muitas vezes, são cassados benefícios devidos, que o Poder Judiciário ordena sejam reestabelecidos. De todo modo, a principal causa das deficiências de funcionamento da Previdência Social são sobejamente conhecidas. E já as apontei diversas vezes.

Veja-se que a Lei n. 8.213, que cuida da organização da seguridade social, ordenava a modernização do setor. Estamos falando de 1991. Sabem o que se fez com essa parte da lei? Foi revogada! E o cadastro?? Qual deles? Conseguiram criar um cadastro para cada setor da seguridade social e alguns se gabam de ser os únicos. Sem cadastro não há controle. Sem modernização, não há revisão que possa vingar. Será que o cadastro único do SUS, cujo trabalho meritório durante a pandemia deve ser aplaudido sempre, registrou uma a uma todas as pessoas que receberam as vacinas. Houve alguma tentativa de sincronizar os dados desse cadastro com os do INSS?

Houve alguma tentativa de sincronizar esses dados com os cadastros do SUS e do INSS?

Que tal começarmos a discutir esse tema a sério, antes que tudo seja pretexto para uma nova reforma redutora de benefícios? Hoje, a pessoa nasce e é enquadrado como integrante do cadastro de pessoas físicas, dimensão econômica da realidade. Por que não se opera igualmente com o cadastro único do social?

A maioria dos beneficiários do INSS recebem prestações no valor de um salário-mínimo. Todos são titulares de um direito subjetivo. O Estado não faz nenhum favor a eles, nem lhes deu qualquer coisa. O benefício foi custeado pelos trabalhadores e pelas empresas.

Falar, pois, em revisão de benefícios como se fosse algo temível é algo estranho. Quem tem direito deve receber. E se houve algo indevido, que se verifique, mediante procedimento apropriado, o ocorrido e não para que seja cancelada sumariamente a prestação. Se não for devida há de ser cancelada, e, se alguém concedeu sem base, deve responder pelo ocorrido. Em suma, revisão não é medida de economia, e sim de justiça social.

De todo modo, algo não soa bem com essa abrupta tesourada no orçamento. A máquina administrativa da Previdência Social sempre foi caracterizada por quadros de excelência, inclusive deu ao país uma estrutura modelar. Ultimamente, porém, com a ausência de reposição dos quadros, em razão das aposentadorias e desligamentos, falta pessoal para tocar a instituição. A fila dos benefícios é um sintoma, sim. Grave, mas não o único.

É hora de se promover debate sério sobre a melhor utilização do que se pretende cortar do orçamento sem a cabal, devida e consistente explicação de motivos e razões e sem que se apontem as falhas estruturais que poderiam, e deveriam, ser corrigidas com recursos necessários e suficientes.

Ademais, e adentrando em outras duas linhas de consideração, é necessário que seja reinstalado o Conselho Nacional de Seguridade Social, criado pela Lei n. 8.212, de 1991, e estranhamente suprimido pela Medida Provisória n. 1.799, de 1999. O Supremo Tribunal Federal, aliás, na ADI 2.065, cujo julgamento foi publicado em 2004, preferiu se omitir sobre o tema de tão alta relevância. Esse seria o foro adequado para o debate dos recursos devidos ao sistema e do controle da respectiva destinação.

É igualmente necessário que o Plano de Custeio da Seguridade Social contemple, com rigor, todo o montante necessário ao cabal e integral atendimento (art. 198, da Constituição) dos direitos estabelecidos pela Ordem Social Constitucional (Título VIII). Saúde, Previdência e Assistência configuram, em nosso país, o catálogo essencial dos Direitos Humanos Sociais consagrados pela Declaração de Direitos Humanos de 1948, subscrita pelo Brasil. É hora de cumpri-los todos, sem desculpas de falta de verbas!

Fotos, paisagens, gentes e memórias
escritas na poesia de Marco Jardim (@
marcoajardim no Instagram)



por Marco Jardim

DECLARAÇÃO UNNIVERSAL DOS DIREITOS MEUS E SEUS

Carta-poema dedicada a primeira edição da FliConquista

Declaro terminantemente - e num claro instante que não há de passar enquanto alguém pousar os olhos d'água sobre tais afirmações - que seus direitos têm o mesmo valor, forma e dimensão que os meus.

Inalienáveis, portanto, ainda que não tão ardentes (ou tão publicados em papel).

Dito isso, confesso que meus dias ainda acordam ouvindo velhas canções de Caetano.

Não são mais como as canções de protesto, são fins de semana abaixo da superfície do mar, relativamente afogados, contidos, mas que não se fazem de desentendidos.

Tem sido dias de sol abrasador, com poucas nuvens, proclamados por algumas esvaziadas aspirações, mas ainda inspirados por presentes histórias, quase felizes, agrídoces, histórias que alguns leem e outros reconhecem.

Manifesto, portanto, que é chegada a hora de me compelir contra qualquer convite ausente ou silenciado.

Vou-me reunir no átrio, fazer um movimento entre a porta da rua e o hall da escadaria, de mãos dadas com minha mãe - ela, sim, expressamente convidada e ela mesma abrindo portas e janelas, com gestual comedido, reações em elevado grau, defesas elegantes, num modo tão afável quanto firme e que, por ela, eu poderia amanhecer sem contestação.

No entanto, estarei lá, agrupado entre os meus, protegido por obras literárias, defendendo que merecemos uma casa no campo, uma canção no vento, um sol brando na cabeça, um espaço, um aceno à conquista e à partilha do pão.

Sinto, tanto quanto vejo, por amor às causas perdidas, que precisamos sair em paz, comprar flores, trocar miúdezas sobre a Gamela, sobre as paisagens e os poemas, colecionar lembranças, "sentificar" o manifesto poético, repousar o veleiro de nossas esperanças para, quem sabe, na próxima edição, no próximo cáustico verão, chegue por baixo da porta uma convocação oficial.

Confesso, agora com clareza, que desejamos visibilidade e uma conversa inteira, com todas as suas partes, toques, braços, apertos de mão de cada um de nós mesmos, os não-lidos, os não-reconhecidos, os não-agendados.

Não sou mais tão forte (nem tão incensado de sândalo) quanto nos tempos do desbunde, mas minha voz e a palma de minhas mãos e os dedos em riste ainda pertencem, todos eles, ao anseio de alma de que um novo arranjo encantador afirme um pouco mais essa nossa vida de escritor.

Queremos pertencer, agitar o rumo do coração com a força devida.

Queremos cenas literárias (e de cinema, canções, lenços e documentos), o ir e vir sem pedir licença, o meio do tudo ou só um banho de alma de rio desnudado (por hora, soterrado).

Que seja, pois, banho de mar invadindo o sertão, ou do direito de, então, conquistar este mar.

Anuncio, no raiar do dia, que nós, fatores invisíveis das letras, devemos agir cônscios, agregados e festivos nesta carta com remetente.

Poderíamos ser desordem, confusão, vozeria ou estupor, mas o melhor mesmo é que façamos amor, não rumores de guerrilha.

Afirmo, pois, sem política e com opinião, que temos um sonho.

O anseio de um lugar consciencial onde exista tempo e gente pra ler o nosso escrever do dia que vai nascer.

Um frescor em meio à solidão da luz baixa da escrivantina.

Um hoje, nem por bem ou mal, superior ou inferior...um hoje com a liberdade de expressar, de receber e doar, de seguir com os dias ensolarados sob a sombra de um ipê, mas com convite ao sopro deste testemunho.

Ou - não pela metade - a um sorvete de coco com tangerina.

É a declaração manifesta dos direitos meus e seus, escritos e pronunciados sob rara brisa numa varanda sem piscina.